



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO 2023

FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS - FUNSEG / UG 060200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e consistem em informações complementares às apresentadas nos quadros das DCASP. O objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações, considerando aos mais diversos usuários. Por isso, são claras, sintéticas e objetivas. Incluem informações exigidas pela legislação e outras consideradas relevantes, que não tenham sido suficientemente evidenciadas ou que não estão inseridas nas demonstrações. Este relatório está estruturado em três seções: Informações Gerais, Políticas Contábeis e, Informações de Suporte e Detalhamento das Demonstrações Contábeis.

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1 Natureza Jurídica

O Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG, foi instituído pela Lei nº 3.586, de 17 de dezembro de 2019, inscrito no CNPJ 35.973.280/0001-07, tendo como principal objetivo a implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados Estaduais e a estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins na execução das atividades de segurança dos magistrados a eles vinculados.

Cabe ressaltar que o FUNSEG não possui estrutura física nem quadro de pessoal próprio, suas ações e metas são simultaneamente realizadas com as do Tribunal de Justiça, por servidores e estabelecimentos do Poder Judiciário, portanto, o FUNSEG é um fundo vinculado diretamente ao Tribunal de Justiça.

1.2 Natureza Operacional

A principal atividade econômica do FUNSEG é a administração pública em geral cuja natureza jurídica é denominada de Fundo Público, que administra recursos próprios detalhados na seguinte fonte:

Fonte: 760 – Recursos de Emolumentos e Taxas Judiciais, proveniente de (2% do produto da arrecadação das custas judiciais, que são repassados pelo Fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário – FUNJURIS-TO; receitas oriundas de convênios, acordos, termos de cooperação ou contratos firmados pelo FUNSEG com instituições financeiras e entidades de direito privado e rendimentos de aplicações financeiras dos recursos a sua disposição.

A fonte de recurso 760 – Emolumentos e Taxas Judiciais, implantada por força da Portaria 710 de 25 de fevereiro de 2021/STN e Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de Fevereiro de 2021.



O orçamento de 2023 foi destinado a atender o seguinte programa, integrado ao Plano Plurianual Anual (PPA):

- ✓ Manutenção e Gestão e do Tribunal de Justiça – Código: 1145.

1.3 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis apresentadas neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 1964, com as alterações constantes no Manual de Contabilidade Pública, que recepcionou os ditames das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, especialmente as da NBCT TSP 11/2018, Lei Complementar nº 101, de 2000, os Princípios de Contabilidade, representando adequadamente em todos os seus aspectos a situação da Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Tribunal de Justiça, em 31 de dezembro de 2023.

2. POLITICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis presentes nesta Prestação de Contas estão em conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis e foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins - SiafeTO. A unidade monetária considerada nos demonstrativos é o real. A Prestação de Contas é composta pelos seguintes relatórios:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das variações Patrimoniais;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Balancetes e relatórios complementares;
- Notas Explicativas.

2.2 Novas Normas

As práticas contábeis são regidas pelas normatizações da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e pelas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP, bem como suas atualizações e aprimoramentos da Contabilidade Pública.



A orientação normativa e a supervisão técnica das atividades e dos procedimentos contábeis e fiscais, para o adequado registro dos atos e dos fatos da Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial, são de responsabilidade da Superintendência de Gestão Contábil, da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, via SiafeTO.

3. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis constituem parte integrante na prestação de contas das ações executadas no exercício financeiro do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, observando a Lei nº 4.320, de 1964, que estabelece normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; a Instrução Normativa nº 006, de 2003 do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, que regulamenta a prestação de contas anual da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual e dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas.

3.1 BALANÇO PATRIMONIAL – ANEXO 14

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do FUNSEG, composto por ativo, passivo e Patrimônio Líquido, expressando a situação estática dos bens, direitos e obrigações.

3.1.2 O Balanço Patrimonial foi concebido de forma a classificar os elementos do ativo e do passivo em Circulantes, Não Circulantes e Patrimônio Líquido de acordo com os atributos de exigibilidade e conversibilidade conforme orientações das NBCASP.

3.1.3 Os ativos e passivos do FUNSEG disponíveis para realização imediata, bem como os realizáveis ou exigíveis em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis foram classificados como “circulantes”, não havendo registro contábeis realizável a longo prazo.

Nota Explicativa 1:

Ativo Circulante e Não Circulante

Descrição	Exercício 31/12/2023	Exercício 31/12/2022
ATIVO		
Caixa e Equivalente de Caixa	1.265.697,68	752.913,10
Total do Ativo Circulante	1.265.697,68	752.913,10
Total do Ativo Não Circulante	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	1.265.697,68	752.913,10

Quadro 1: Ativo Circulante e Não Circulante. Fonte: SiafeTO



Caixa e Equivalente de Caixa representam as disponibilidades financeiras em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 1.265.697,68 (um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos).

Ativos Circulantes são reconhecidos pelo valor original. As atualizações são registradas diretamente em contas de resultado.

Dispõe o artigo 7º da Lei nº 3.586 de 2019, que os bens adquiridos com recursos do FUNSEG serão incorporados ao patrimônio do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

Em linha com este dispositivo legal, cabe informar que o FUNSEG não detém ativo imobilizado. Assim, em sua composição patrimonial, não há verificação de elementos de cunho “não circulante”.

Nota Explicativa 2:

Passivo Circulante e Patrimônio Líquido

São reconhecidos pelo valor original as obrigações a curto prazo, as consignações e os recursos de terceiros. No exercício de 2023 não constou registro de obrigações financeiras:

Descrição	Exercício 31/12/2023	Exercício 31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE	371,41	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	370,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1,38	0,00
Total do Patrimônio Líquida	1.265.326,27	752.913,10
TOTAL DO PASSIVO	1.265.697,68	752.913,10

Quadro 2: Passivo Circulante e Patrimônio Líquido. Fonte: SiafeTO

Nota Explicativa 3:

Patrimônio Líquido

É constituído de bens, direitos e de recursos próprios, as variações em decorrência dos resultados apurados anualmente, é composto atualmente pelas contas superávit do exercício e o superávit de exercícios anteriores.

Confrontando a Demonstração dos Ativos e Passivos Financeiros, verificou-se a existência de superávit financeiro no período de R\$ 1.265.248,56 (um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil duzentos e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos). Tal valor poderá ser utilizado em 2024 para obtenção de créditos suplementar.

3.2 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – ANEXO 15

Nota Explicativa 4:

Variações Patrimoniais Aumentativas



Nas Demonstrações das Variações Patrimoniais - DVP, evidenciando as alterações ocorridas no Patrimônio durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, abaixo demonstradas:

Especificação	Exercício 31/12/2023	Exercício 31/12/2022
Variações Patrimoniais Aumentativas		
Taxas	417.601,50	301.380,14
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	96.514,34	60.408,00
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	514.115,84	361.793,38

Quadro 3: Variações Patrimoniais Aumentativas. Fonte: SiafeTO

Variações Patrimoniais Aumentativas, - proveniente da arrecadação de custas judiciais repassadas pelo Fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário (Funjuris) e rendimento de aplicações financeiras totalizando R\$ 514.115,84.

Nota Explicativa 5:

Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD está detalhada da seguinte forma:

Especificação	Exercício 31/12/2023	Exercício 31/12/2022
Variações Patrimoniais Diminutivas		
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	18,33	1,41
Tributárias	1.684,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	0,00	114.000,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	1.702,67	114.001,41
Resultado Patrimonial do Período III = (I-II)	512.413,17	247.791,97

Quadro 4: Variações Patrimoniais Diminutivas. Fonte: SiafeTO

Variações Patrimoniais Diminutivas, corresponde a manutenção dos serviços de segurança dos magistrados; formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço de de segurança dos magistrados e capacitações. Neste exercício as variações patrimoniais diminutivas no importe de R\$ 1.702,67 (um mil setecentos e dois reais e sessenta e sete centavos).

Do confronto das Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas, apurou Resultado Patrimonial positivo no valor de R\$ 512.413,17.

3.3 DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA – ANEXO 18

Nota Explicativa 6:

A Demonstração do Fluxo de Caixa



As Demonstrações do Fluxo de Caixa permitem analisar a capacidade da entidade gerar caixa e equivalente de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades por operação de gasto com custeio e investimento, conforme quadro abaixo:

Especificação	Exercício 31/12/2023	Exercício 31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Ingressos	514.115,84	361.793,38
Desembolsos	1.331,26	1,41
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (I)	512.784,58	361.791,97
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	0,00	0,00
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento (II)	0,00	0,00
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I + II)	512.784,58	247.791,97
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	752.913,10	505.121,13
Caixa e Equivalente de Caixa Final	1.265.697,68	752.913,10

Quadro 5 Demonstração do Fluxo de Caixa – Fonte: SiafeTO

O Caixa e Equivalente de Caixa, saldo inicial em 1º/1/2023 (R\$ 752.913,10), somando com o saldo positivo nas atividades operacionais (R\$ 512.784,58) acumulou recurso proveniente do repasse do Funjuris e de rendimento de aplicação financeira no importe de R\$ 1.265.697,68 (um milhão, duzentos e sessenta e cinco mil seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e oito centavos).

3.4 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANEXO 12

O Balanço Orçamentário contempla o orçamento com suas alterações e a execução orçamentária, demonstrando as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme preconizado pela Lei nº 4.320/64.

Nota Explicativa 7: **Receitas e Despesas Orçamentárias**

Receitas Orçamentárias	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
Receitas Correntes (I)	292.260,00	514.115,84	221.855,84
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	292.260,00	514.115,84	221.855,84
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	292.260,00	514.115,84	221.855,84
Déficit (VI)	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	292.260,00	514.115,84	221.855,84
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00

Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes (VIII)	232.873,00	1.780,38	1.702,67	231.092,62
Despesa de Capital (IX)	59.387,00	0,00	0,00	59.387,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX)	292.260,00	1.780,38	1.702,67	290.479,62
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI)	292.260,00	1.780,38	1.702,67	290.479,62
Superávit (XIV)	0,00	512.335,46	0,00	0,00
TOTAL (XV) = (XIII+ XIV)	292.260,00	514.115,84	1.702,67	290.479,62

Quadro 6 Receitas e Despesas Orçamentárias – Fonte: SiafeTO



Confrontadas as receitas realizadas (R\$ 514.115,84), com as despesas executadas (execução da despesa, 1.780,38), resultou superávit orçamentário de R\$ 512.335,46 (quinhentos e doze mil trezentos e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos).

3.4.1 Tratamento Contábil dos Restos a Pagar

Neste exercício não houve pagamento de Restos a Pagar, por inexistência de inscrição em exercícios anteriores, e neste ano (2023) inscrição de obrigações a curto prazo, de R\$ 449,12, para o exercício seguinte.

3.5 BALANÇO FINANCEIRO -ANEXO 13

Segundo a Lei 4.320, de 1964 o Balanço Financeiro demonstra a receita e despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes de exercício anterior e os que transferem para o exercício seguinte.

Nota Explicativa 8:

Receitas Orçamentárias e Despesas Orçamentárias

INGRESSOS	Jan a Dez 2023	Jan a dez 2022
Receita Orçamentária (I)	514.115,84	361.793,38
Recebimentos Extras Orçamentários (III)	449,12	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	752.913,10	505.121,13
TOTAL DOS INGRESSOS (V) = (I+ III+IV)	1.267.478,06	866.914,51
DISPÊNDIOS		
Despesa Orçamentária (VI)	1.780,38	114.001,41
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	1.265.697,68	752.913,10
TOTAL (X) = (VI+IX)	1.267.478,06	866.914,51

Quadro 7 Balanço Financeiro - Fonte: SiafeTO

Do confronto dos Ingressos (R\$ 1.267.478,06), decorrentes das receitas auferidas, acrescidas dos recebimentos extraorçamentários (inscrição de restos a pagar), com os Dispêndios (R\$ 1.780,38), acrescidos do saldo financeiro para o exercício (R\$ 1.265.697,68); equilibrando-se, dessa forma, a equação financeira em (R\$ 1.267.478,06), conforme detalhado no Balanço Financeiro - Anexo XIII, da Lei 4.320/64.

Por fim, informamos-lhes que os documentos comprobatórios dos registros contábeis das receitas e de aplicação dos recursos encontram-se arquivados e acessíveis neste Sodalício para eventual esclarecimento.

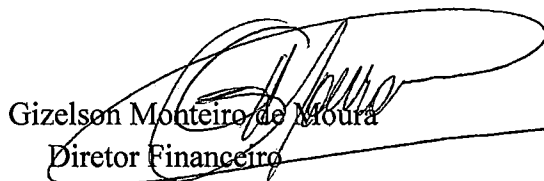


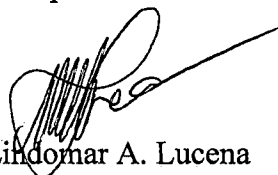
CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação para o setor público – Lei 4.320/64, complementadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 11) e demais práticas adotadas no Brasil.

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na Diretoria Financeira, aos _____ dias do mês de fevereiro do ano de 2024.


Desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe
Presidente


Gizelson Monteiro de Moura
Diretor Financeiro


Manoel Lindomar A. Lucena
Contador-CRC/DF 9642/T-TO